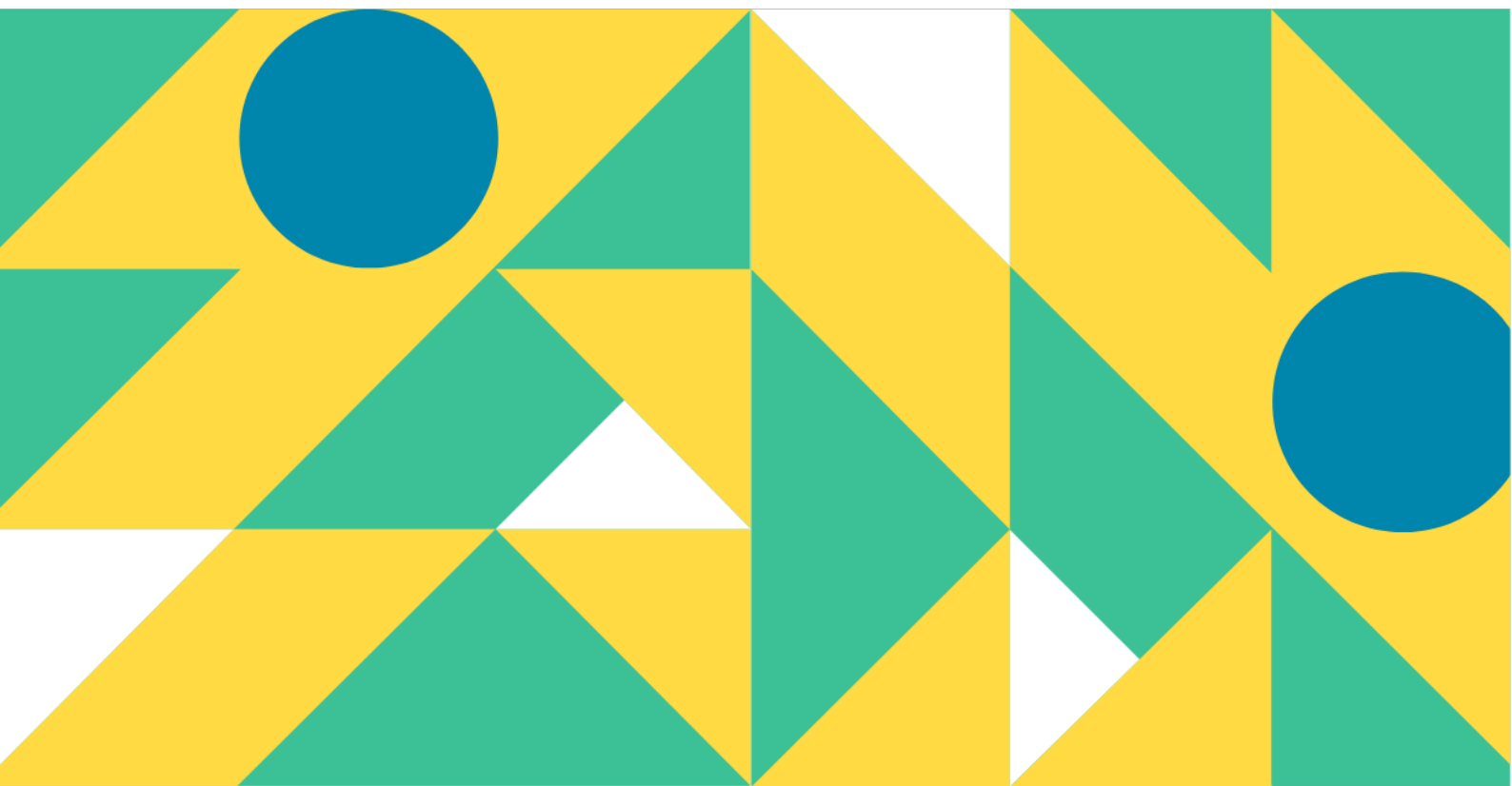


PACTO PELA CONFIANÇA!

Programa de Governo da Coligação "Essa é a solução"



Vice Germano Rigotto

De nada adianta lutar pelos nossos sonhos se não confiamos que um dia eles se tornarão realidade. Confiar em nós mesmos é o ponto de partida para tudo.

A confiança conecta os diferentes, constrói pontes de entendimento e rompe os preconceitos.

A paz só é alcançada quando os homens confiam uns nos outros. O desenvolvimento econômico só acontece quando os consumidores confiam no país. A democracia só se fortalece quando confiamos nas instituições.

Valores tão presentes em nós, brasileiros, foram moldados na confiança. Tolerância, liberdade, respeito e diálogo só existem quando confiamos uns nos outros.

O Brasil precisa de um pacto de confiança para superar as divisões políticas dos últimos anos e voltar a se desenvolver e crescer.

A candidatura de Henrique Meirelles a presidente do Brasil está ancorada nesse pacto que resgatará o espírito de confiança no Brasil para atender a cinco prioridades da nossa nação: um Brasil MAIS FORTE, um Brasil MAIS JUSTO, um Brasil MAIS INTEGRADO, um Brasil MAIS HUMANO e um Brasil MAIS SEGURO.

O BRASIL MAIS FORTE

Precisamos de um Brasil MAIS FORTE para gerar empregos!

Para a geração de empregos, o fundamental é resgatar a confiança no Brasil, adotando a política econômica correta e levando adiante uma agenda para aumentar a produtividade.

O Governo Meirelles terá como meta fazer o país voltar a crescer 4% ao ano, como aconteceu quando foi presidente do Banco Central de 2003 a 2010, período no qual foi registrada a criação líquida de 10,2 milhões de novos empregos com carteira assinada no Brasil.

Em maio de 2016, quando voltou ao governo para assumir o Ministério da Fazenda, Meirelles tomou medidas para interromper o acelerado ciclo de destruição de empregos produzido pela recessão do governo anterior.

Da pior recessão da história brasileira, quando o Produto Interno Bruto (PIB) perdeu mais de 7%, no acumulado dos anos de 2015 e 2016, a economia passou para um crescimento positivo de 1,1% em 2017. De uma taxa de inflação próxima a 12% a.a., chegou-se a uma taxa de inflação próxima a 2,70% a.a ao final do primeiro trimestre de 2018.

A taxa de desemprego, que crescia aceleradamente, atingindo 13,7% da força de trabalho, entrou em trajetória de queda no segundo trimestre de 2017, chegando a 11,8% ao fim do primeiro trimestre de 2018.

Essa impressionante reviravolta foi resultado do conjunto de reformas implementadas

ao longo dos dois anos em que Henrique Meirelles ficou à frente do Ministério da Fazenda.

Agora, a continuação dessa política é imperativa para a manutenção do crescimento econômico sustentado e para incorporar os 13 milhões de brasileiros desempregados ao mercado de trabalho.

Em 2017, como consequência da enorme recessão dos anos anteriores, 23% das pessoas com idade entre 15 a 29 anos (11,2 milhões) não trabalhavam, estudavam ou se qualificavam.

As mulheres, por exemplo, trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens.

Além da volta do crescimento, o país terá de encontrar formas de facilitar a adaptação da mão de obra às novas condições de trabalho. O desafio é muito grande.

Não há como enfrentar as tecnologias do século 21 sem mudar nossa forma de pensar sobre a educação, o trabalho, a previdência social e a regulação dos negócios. O Governo Meirelles vai:

- Facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, expandindo a oferta de vagas no ensino técnico e incentivando o primeiro emprego;
- Simplificar e informatizar todo o processo de gestão de mão de obra;

- Incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, respaldado pela nova lei do trabalho aprovada em 2017.

Para promover o crescimento sustentado, impõe-se uma necessária e inadiável reforma da Previdência Social, visando sobretudo ao combate a distorções e privilégios.

A Previdência Social brasileira abocanha hoje 57% de todo o orçamento do Governo Federal. Se persistir a tendência atual, em 20 anos, os gastos com aposentadorias e pensões vão corresponder a 100% do total de receitas do Governo Federal. Ou seja, o sistema é insustentável.

Vale notar que, ao contrário do que muitos apregoam, 70% dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição com menos de 65 anos têm seus salários entre os 20% maiores do país.

A grande maioria dos trabalhadores pobres se aposenta por idade, aos 65 anos, pois não tem emprego formal e não consegue contribuir por 35 anos antes de atingir 65 anos de idade.

Garantir a aposentadoria de quem mais precisa passa por mudanças no sistema que contemplem duas questões: a adoção de uma idade mínima para se aposentar e a convergência do sistema de aposentadorias dos funcionários públicos ao sistema dos trabalhadores do setor privado, ambas já em discussão no Congresso.

O desenvolvimento de um BRASIL MAIS FORTE também prevê uma reforma tributária ampla. O Brasil tem um sistema tributário extremamente complexo, que favorece disputas entre os estados e possui elevada arrecadação via imposto indireto, o que prejudica os

mais pobres. Há também elevada tributação sobre salários, o que estimula a informalidade.

Segundo o Banco Mundial, um empresário brasileiro gasta aproximadamente 2.600 horas por ano para pagar impostos (contra 200 em países similares ao Brasil). Nesse contexto, é fundamental simplificar o sistema tributário brasileiro com estudos que visem à criação de um imposto de valor agregado, o IVA.

Uma reforma tributária precisará respeitar o tempo de adequação ao novo modelo, sem comprometer incentivos legalmente estabelecidos. Mas deverá resultar num sistema mais eficiente, sem aumentar a carga tributária.

O Governo de Henrique Meirelles trabalhará para que orçamento federal seja mais transparente e impositivo, um formato que poderá fazer da discussão em torno de receitas e despesas do Governo Federal, pelo Congresso, um dos pontos mais importantes da atividade parlamentar, como nas democracias maduras.

O BRASIL MAIS FORTE deve, ainda, tornar os serviços públicos e as ações de governo mais acessíveis aos cidadãos, a partir de novas tecnologias, colocando o Governo Federal verdadeiramente no século 21. Os governos precisam andar na mesma velocidade da sociedade.

O Governo Meirelles fará isso com a criação de um Gabinete Digital ligado diretamente ao Presidente da República.

O Gabinete Digital será responsável por criar novas soluções para os cidadãos,

além de pensar todas as ações digitais já existentes, integrando todos os sistemas do governo, centralizando as informações dos cidadãos e tornando-as acessíveis onde estes estiverem.

A tecnologia é a grande aliada para reduzir a distância entre a prestação de serviços públicos e a população, por isso precisa ser usada como uma política de Estado, refletindo a realidade de uma parcela cada vez maior de brasileiros.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, 120,7 milhões acessam a internet, presente em 42,1 milhões de lares – 87% usam a rede todos os dias ou quase todos os dias. O meio de acesso mais usado é o celular (96%), mas 22% também usam a televisão para se conectar. Os serviços públicos digitais mais citados foram direitos do trabalhador e previdência (28%) e educação pública (28%).

O setor público continua distante enquanto o mercado privado está atento a essa evolução. Somente em 2017, as transações bancárias feitas por celular representaram 35% do total de 71,8 bilhões de operações realizadas – mais do que uma em cada três, sendo que, segundo o Banco Central, mais de 70% dos brasileiros possuem conta bancária.

Um BRASIL MAIS FORTE terá também uma política externa alinhada com os valores e os interesses da sociedade. É natural, portanto, que seja posta, em primeiro lugar, a serviço do desenvolvimento. No mundo atual, não se cresce – nem se geram empregos e renda – sem abertura. O Brasil será mais competitivo e crescerá mais se for mais integrado ao mundo e às chamadas cadeias globais de valor.

A política externa do Governo Meirelles estará voltada à abertura de mercados para nossos produtos, à atração de investimentos para nossos setores produtivos e para nossa

infraestrutura. Será uma política externa de fortalecimento de um Mercosul que privilegie o livre mercado – afinal, temos de começar pela nossa região. Será uma política externa de mais acordos econômico-comerciais com parceiros de todos os perfis e de todas as partes do mundo.

Priorizaremos as negociações em curso, como a do Mercosul com a União Europeia, e abriremos novas frentes. Vamos negociar a adesão à OCDE, em busca do aprimoramento de práticas compatíveis com os mais elevados padrões mundiais.

Tudo isso sem abrir mão dos nossos valores fundamentais: a democracia, os direitos humanos e o diálogo. O Governo Meirelles defenderá uma ordem internacional baseada nessas regras.

O BRASIL MAIS JUSTO

Como esperar que uma criança pobre possa competir em igualdade de condições com uma criança rica quando o destino delas foi selado no momento do nascimento?

A criação de oportunidades iguais para todos passa por uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O desenvolvimento de nossas crianças no período de 0 a 5 anos de idade é determinante para a sociedade que teremos no futuro, dado o impacto que essa fase tem na capacidade de aprendizagem e na formação da inteligência.

O Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas a realidade é que nossas crianças que vão à escola pouco aprendem.

Mesmo investindo na área de educação um percentual maior do que a média dos países da OCDE (6,0% do PIB contra 5,5% do PIB, respectivamente), o Brasil fica muito aquém de seu potencial nos índices internacionais de avaliação de ensino, como o Pisa. O quadro sugere que há uma má alocação dos recursos.

O resultado de uma educação de baixa qualidade é a perpetuação das desigualdades e a limitação dos ganhos de produtividade. Dessa forma, não há crescimento nem geração de emprego e renda de forma sustentável.

O resultado disso são índices decepcionantes de aprendizagem, professores mal remunerados, infraestrutura deficitária. A consequência é que estamos formando alunos sem saber o mínimo necessário para o ingresso no mercado de trabalho.

É preciso dar condições materiais às famílias, treinamento e condições de trabalho aos

professores e afastar qualquer possibilidade de ideologização do ensino.

Assim, o desafio da nova gestão é o de realizar uma verdadeira cruzada pela qualidade do ensino público no Brasil, a começar pela educação básica.

A educação infantil é a principal política de investimento em capital humano e a que tem a maior taxa de retorno. A proposta do Governo Meirelles é:

- Criar o Pró-Criança, oferecendo, nos moldes do Prouni, a todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família o direito de optar por colocar seus filhos em creches particulares.

O BRASIL MAIS INTEGRADO

A candidatura de Henrique Meirelles defende um Brasil MAIS INTEGRADO, no qual as distâncias fiquem mais “curtas”, graças a investimentos em logística, mobilidade e infraestrutura, garantindo aos brasileiros uma maior qualidade de vida.

O Brasil MAIS INTEGRADO será o maior projeto de infraestrutura urbana do país.

O investimento em infraestrutura é fundamental para o crescimento do país por duas razões importantes. Em primeiro lugar, por ser um investimento altamente intensivo em mão de obra e, portanto, com enorme capacidade de geração de empregos por unidade de investimento.

Segundo, o investimento em infraestrutura tem implicações positivas importantes sobre outros setores, como ganhos de produtividade e reduções de custos. O resultado é um aumento da eficiência em todos os setores da economia, aumento do investimento e, portanto, do emprego na economia como um todo.

O Brasil investiu, em 2016, 1,95% do PIB em infraestrutura, e estima-se que tenha investido 1,72% em 2017. Cálculos recentes de estoque de capital no setor sugerem a necessidade de se investir 2,3% do PIB ao ano, apenas para compensar a depreciação do capital fixo *per capita*.

No entanto, para se modernizar a infraestrutura do país, no sentido de universalizar a cobertura de serviços básicos e melhorar sua qualidade consistente com um país de renda média, estima-se que seria necessário um investimento de 4,15% do PIB ao ano, por aproximadamente duas décadas.

Dito de outra forma, para atender às necessidades de universalização de serviços e requisitos mínimos de qualidade, seria necessário que o estoque de capital em infraestrutura fosse de ao menos de 60% do PIB.

Vale destacar que o investimento público aumentou de modo expressivo entre 2003 e 2010, quando Henrique Meirelles esteve à frente do Banco Central. No período, houve um aumento de dois pontos percentuais, passando de 2,6% para 4,6% do PIB. A partir de 2011, início do Governo Dilma, o indicador entrou em trajetória de queda acentuada, até atingir o fundo do poço em 2017.

O Governo Meirelles fará uma mudança para ampliar a oferta de serviços de infraestrutura e impulsionar novos investimentos, com a implementação das seis linhas de atuação descritas em seguida:

- Terminar as obras públicas paralisadas e priorizar a retomada das obras que mais trazem benefícios à sociedade;
- Planejar melhor a expansão da infraestrutura no país, evitando erros e desperdícios tão comuns no passado;
- Simplificar o processo de concessões, possibilitando uma desconcentração dos investimentos, tanto em termos regionais como de tamanho;
- No caso das concessões plenas, reequilibrar o risco do empreendimento entre poder concedente e concessionário, evitando os extremos, atraindo, dessa forma, um universo maior de investidores com maior segurança jurídica;

- Dotar de efetiva autonomia decisória e financeira as agências reguladoras, reduzindo a incerteza regulatória que faz enorme dano ao país;
- Acelerar o processo de privatização, nas áreas em que isso for necessário, garantindo que os recursos públicos não escoem pelo ralo dos prejuízos das empresas que hoje dependem do Tesouro Nacional.

Há no país mais de 7.400 obras paralisadas financiadas pelo Governo Federal, em todos os segmentos de infraestrutura física e social, envolvendo R\$ 76,7 bilhões. Retomá-las é imprescindível não apenas para impulsionar a economia no curto prazo, mas para expandir a capacidade de crescimento, competitividade do país e o bem-estar da população.

O Governo Meirelles vai estabelecer como prioritárias as obras que busquem claramente um grande retorno social, como, por exemplo, saneamento básico, mobilidade urbana e creches.

Um segundo grupo importante são obras que estão mais próximas de conclusão, pois com relativamente poucos recursos podem ser entregues à população.

Em terceiro, obras com maior potencial de atraírem recursos privados no atual estágio, minimizando o comprometimento do dinheiro público. Nesse contexto, o BNDES poderá ser instrumental no processo de avaliação e priorização das obras, envolvendo ainda universidades para auxiliar na identificação das prioridades.

A expansão da infraestrutura terá um planejamento integrado, que envolva os investidores. Para evitar a repetição de erros do passado como, por exemplo, começar uma obra sem um projeto executivo, ou mesmo o projeto básico, e alocar recursos

públicos sem qualquer consideração de como o projeto se encaixa no planejamento da expansão do setor.

O Governo Meirelles vai estabelecer um sistema aberto e interativo de planejamento, com a criação de “mesas de diálogo público-privado”, sob escrutínio da população e dos órgãos de controle.

A retomada das obras de infraestrutura e logística é decisiva para o aumento da competitividade da agricultura. Em apenas 40 anos, o Brasil saiu da situação de importador de alimentos para se tornar celeiro do mundo.

Lavouras e florestas plantadas ocupam 8% do território nacional. As pastagens, 19,7%.

No Ministério da Fazenda, Meirelles criou as condições para que bancos financiassem as duas maiores safras da história. Dívidas de pequenos agricultores do Nordeste foram renegociadas e acelerou-se a entrega de títulos de propriedade em todo o país.

Financiamento, inovação, expansão dos projetos de pequenos irrigantes e melhoria da infraestrutura serão prioridades para que os agricultores sigam ampliando a produtividade. Outras medidas de apoio estão previstas, como o reforço da segurança no campo e a expansão da telefonia celular, graças ao satélite geoestacionário do Brasil.

Um BRASIL MAIS INTEGRADO requer valorização da nossa biodiversidade e ações de proteção ao patrimônio natural. O Governo Meirelles seguirá com os objetivos do Acordo de Paris, elevando a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética, incentivando o reflorestamento e estimulando o investimento em energias renováveis.

A criação das unidades de conservação nos arquipélagos de São Paulo e São Pedro (PE) e Trindade e Martim Vaz (ES) representam avanços inquestionáveis na proteção de nossas áreas marinhas.

Programas de redução do desmatamento na Amazônia, de recuperação de nascentes e de revitalização do Rio São Francisco precisam ser acelerados, assim como a conversão de multas ambientais em novos recursos para serem usados em programas de conservação e revitalização do meio ambiente.

O BRASIL MAIS HUMANO

Um Brasil mais MAIS HUMANO requer de nós a compreensão das imensas e históricas desigualdades sociais. O Estado tem o dever de curar essa ferida.

Temos a obrigação de levar dignidade e respeito a todos que dependem do Sistema Único de Saúde, fortalecendo a saúde preventiva.

O sistema de saúde brasileiro dá prioridade ao tratamento da doença, e não do paciente. Esse modelo de saúde pública representa enorme custo para o Estado.

O objetivo é inverter a lógica e aumentar os investimentos em promoção da saúde e qualidade de vida.

Também é preciso trazer maior eficiência aos gastos do setor. Dados do Banco Mundial mostram que o Brasil poderia aumentar os resultados de saúde em 10% com o mesmo nível de gastos.

O estudo também aponta 37% de ineficiência na atenção primária e 71% nos cuidados de saúde secundários e terciários.

Dados do Conselho Federal de Medicina mostram que, nos últimos 13 anos, foram autorizados R\$ 80,5 bilhões para investimentos na saúde, mas apenas R\$ 33 bilhões foram efetivamente gastos e outros R\$ 47,5 bilhões deixaram de ser investidos. Em outras palavras, de cada R\$ 10 previstos para a melhoria da infraestrutura em saúde, R\$ 6 deixaram de ser aplicados. Isso precisa acabar.

O Governo Meirelles vai:

- Ampliar a participação do Governo Federal no financiamento do setor;
- Melhorar a aplicação dos recursos, investindo em melhor organização, eficiência e boa gestão do sistema, com critérios de desempenho; maior autonomia hospitalar; incentivos e planos de carreira; maior integração entre estabelecimentos públicos e privados;
- Ampliar os serviços de atenção básica e a coordenação das redes de atenção à saúde;
- Fortalecer e ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família;
- Facilitar o acesso da população a consultas e exames por meio da informatização das unidades de saúde;
- Promover o saneamento e a recuperação financeira dos hospitais filantrópicos e das Santas Casas;
- Retomar os mutirões da saúde.

O Brasil MAIS HUMANO respeita a diversidade, a pluralidade étnica e os direitos dos cidadãos consagrados na Constituição, na legislação ordinária e na jurisprudência.

O BRASIL MAIS SEGURO

Nós temos que voltar a confiar no Estado como ente protetor de todos nós.

O Brasil MAIS SEGURO será o maior programa de segurança pública já realizado no país. Faremos uma cooperação intensiva de inteligência com os estados para que as polícias resgatem a confiança da sociedade e para reduzir a violência que tem dizimado milhares de vidas brasileiras todos os anos.

De acordo com dados do Atlas da Violência 2018, o país registrou 62.517 homicídios em 2016, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes – 30 vezes a da Europa. São jovens e negros as maiores vítimas da violência. Em 2016, 71,5% das pessoas que foram assassinadas no país em 2016 eram negras ou pardas.

Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas morreram devido à violência intencional no Brasil. Vários são os fatores que estão na origem do problema da segurança, mas três são particularmente importantes: impunidade, falta de policiamento ostensivo e precariedade do sistema penitenciário nacional.

A situação é mais grave nos estados do Norte e do Nordeste, onde estão as sete unidades da Federação com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Por isso, será necessário um olhar especial e cuidadoso com os brasileiros que vivem nessa região.

A taxa de homicídios entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006. Nossos jovens negros estão morrendo e isso precisa acabar.

Uma cultura de paz e confiança exige resgatar do terror da violência todas as populações vulneráveis.

Além de buscar oportunidades iguais para todos e focar em ensino de qualidade desde a primeira infância, é preciso atacar o problema imediato.

A explosão da população carcerária também é um problema grave. O número de presos quase dobrou em uma década, passando de 401,2 mil para 726,7 mil, de 2006 a 2016, tornando os presídios terrenos férteis para facções criminosas.

Ainda que a Constituição determine que esta é uma atribuição dos Estados, é impossível a qualquer governo desconhecer a crise da segurança pública. É preciso acabar com a impunidade, aumentar o policiamento, investir em ações de inteligência e reformar o sistema penitenciário nacional. O Governo Meirelles vai:

- Aumentar o policiamento ostensivo, com incremento de parcerias público-privadas;
- Investir em investigação policial – que hoje elucida apenas 15% dos homicídios cometidos no país – e na agilidade do trâmite judicial;
- Investir em inteligência, compartilhamento de informações, cooperação e coordenação entre órgãos de segurança pública nos três níveis da Federação, com coordenação da Presidência;
- Reformar o sistema penitenciário nacional, com a construção de novas penitenciárias, que consigam separar os chefes de quadrilhas dos detentos de menor periculosidade, cuja probabilidade de recuperação é elevada.

Um Brasil MAIS SEGURO fortalecerá a capacitação do país no campo da defesa. O Governo Meirelles incentivará os programas para dotar o país de meios para exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais e a segurança das linhas de comunicações marítimas; a vigilância, controle e defesa do espaço aéreo e a segurança das linhas de navegação aéreas; a vigilância, controle e defesa das fronteiras. O governo patrocinará ações que visem à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente, particularmente na Amazônia. Também fortalecerá a segurança cibernética do Brasil.

O Governo Meirelles trabalhará tanto com os parceiros tradicionais do Brasil como com novos atores, a exemplo dos países do Brics, para fortalecer e ampliar os projetos de cooperação na área de segurança. É imprescindível um mundo mais integrado, sobretudo nas ações de inteligência, para o combate ao crime transnacional, ao terrorismo, ao tráfico de pessoas e drogas.

Um Brasil MAIS FORTE, MAIS JUSTO, MAIS INTEGRADO, MAIS HUMANO e MAIS SEGURO é um Brasil à altura dos sonhos de cada um dos brasileiros.

Só quem sabe quando e por que os governos anteriores erraram e tem a experiência para escolher o caminho certo a seguir pode mostrar que é possível construir o país que o POVO deseja.



Vice Germano Rigotto